



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **853/2022**

**Senhor Presidente,**

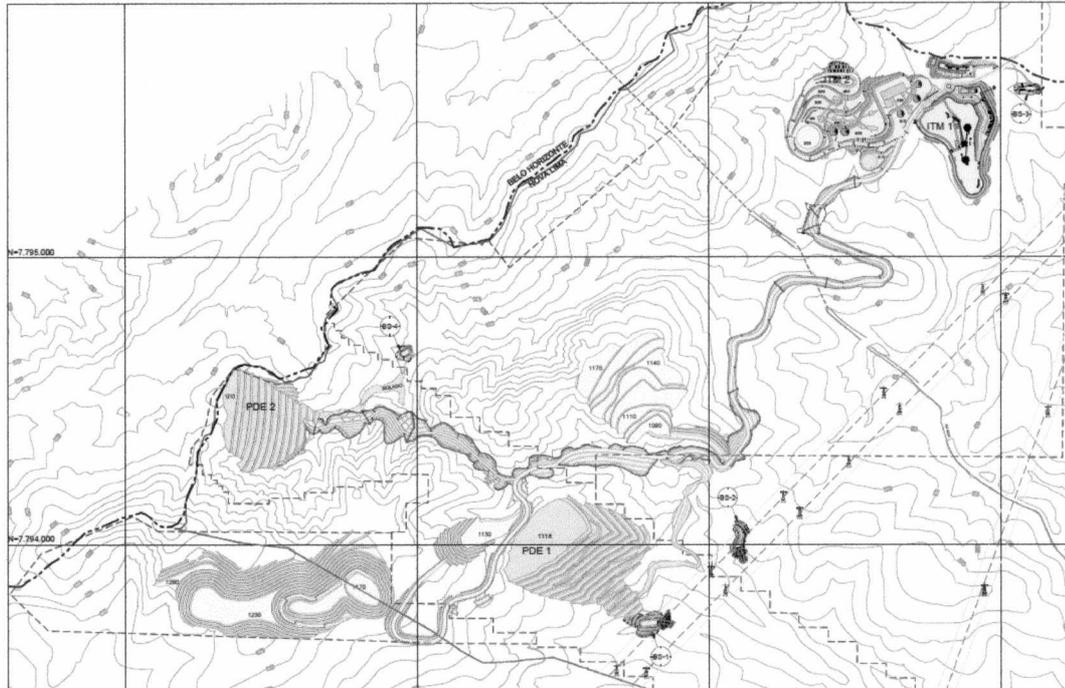
Requeremos a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Políticas Urbanas, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada visita técnica à adutora do Sistema Rio das Velhas a fim de avaliar os riscos à segurança hídrica do município de Belo Horizonte frente a implantação de novos empreendimento minerários, em especial no tocante ao projeto **Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST)**, proposto pela empresa Taquaril Mineração S/A (TAMISA), inscrita no CNPJ nº 12.374.235/0001/22, para exploração de minério de ferro na Serra do Curral, registrado sob o nº 00000/0000/218/2020 e enquadrado como Classe 6, ou seja, de grande porte e potencial poluidor e que obteve, no último dia 30 de abril, durante a 86ª reunião do Conselho Estadual de política Ambiental (COPAM) iniciada no dia anterior, o licenciamento ambiental (licença prévia e de instalação) junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).

Na área onde pretende-se implantar o Projeto CMST existe um importante equipamento que garante o fornecimento de água para 70% da população de Belo Horizonte e 40% da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a Adutora do Sistema Rio das Velhas, da COPASA. Segundo informações apresentadas pelo próprio empreendedor no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto CMST que consta no âmbito do processo de licenciamento ambiental nº 00000/0000/218/2020, os projetos executivos do Sistema Rio das Velhas foram concluídos em 1957 e o início da construção se deu em 1958, tendo sua conclusão ocorrido em 1973. Com uma extensão de aproximadamente 21 km, o Sistema encontra-se em funcionamento, aduzindo 6 m<sup>3</sup>/s de água a partir da captação no rio das Velhas em Nova Lima, a qual é lançada no reservatório do bairro São Lucas em Belo Horizonte. Um trecho de alguns quilômetros da adutora, parte aérea e parte subterrânea, encontra-se na área de influência do Projeto CMST.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No item 6.6.1.3 do EIA o empreendedor apresenta os **Impactos potenciais do Projeto CMST sobre a adutora**, trazendo, inclusive, um desenho de engenharia com os principais elementos do Projeto CMST e a adutora do sistema Rio das Velhas.



**Figura 1 - Traçado da adutora e principais elementos do Projeto CMST – Datum horizontal - Sirgas 2000. Fonte: EIA, dezembro de 2019**

Ainda no item 6.6.1.3 do respectivo EIA, o empreendedor lista aqueles que são considerados por ele os principais impactos potenciais do Projeto CMST sobre a adutora, os quais transcrevemos a seguir:

- *Efeito das vibrações decorrentes de detonações de rocha sobre a adutora;*
- *Efeito do eventual rompimento das bacias de sedimentação BS-1 e BS-2 (no córrego Cubango) sobre a seção da passagem da adutora sobre este córrego;*
- *Efeito da passagem de veículos pesados na estrada projetada sobre o denominado Túnel 1 da adutora; e,*
- *Efeito da alteração das condições hidrológicas no vale do córrego da Fazenda decorrentes da implantação do Projeto sobre a adutora, inclusive com o eventual rompimento da bacia de sedimentação BS-4 (no córrego da Fazenda).*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Entretanto, mesmo constando de forma clara e inconteste no EIA, o Sr. Leandro Amorim, representante da Tamisa, afirmou na Audiência Pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)<sup>1</sup> realizada em 05/05/2022 que não existe possibilidade de dano a adutora do sistema Rio das Velhas pois todos os riscos foram avaliados e as estruturas foram projetadas de modo a não causar dano a adutora. Entretanto, tal afirmação contradiz o próprio EIA, que inclusive apresenta medidas para minimizar tais riscos. Cabe destacar ainda, que na referida Audiência Pública, o representante da TAMISA afirmou que não existe um Plano de Contingência ou Emergência para garantir o abastecimento hídrico da população da RMBH um eventual sinistro que resulte em dano à adutora e interrupção do abastecimento de água pelo Sistema Rio das Velhas.

Cabe destacar que, além dos riscos advindos das constantes explosões de dinamite, bem como o tráfego diário de centenas de caminhões carregados de minério sobre a adutora, serão construídas 3 bacias de contenção de sedimento (BS-1, BS-2 e BS-4) acima da adutora. Bacias estas que são estruturas similares a da Mineração Vallourec que colapsou em 08/01/2022, interditando a BR-040 com um verdadeiro tsunami de lama. Já no caso do Projeto CMST, caso tenhamos um evento similar ao ocorrido com a bacia de sedimentos da Vallourec, a tsunami de lama atingirá a adutora do sistema Rio das Velhas, podendo danificar a adutora e interromper o abastecimento hídrico de 70% da população de Belo Horizonte.

A questão relacionada aos riscos à segurança hídrica de Belo Horizonte em função da possível implantação do Projeto CMST está sendo contestada judicialmente pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). No dia 15/05/2022 foi ajuizado pela PBH pedido de Tutela Cautelar Antecedente no âmbito do Processo nº 1020861-02.2022.4.01.3800, que corre na Justiça Federal da 1ª Região (ANEXO 001), a qual afirma que não existe qualquer análise técnica de risco hídrico da COPASA no âmbito do processo de licenciamento ambiental nº 00000/0000/218/2020 e que o documento utilizado pela Superintendência de Processos Prioritários (SUPPRI) da SEMAD para a elaboração do Parecer Único nº 12/SEMAD/SUPRI/DAT/2022 que subsidiou a concessão da Licença Prévia e de Instalação para o Projeto CMST, refere-se a documento emitido no âmbito do Processo Administrativo nº 4421/2013/001/2014, o qual encontra-se arquivado a pedido do próprio empreendedor.

<sup>1</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=1FJWhszIMmU&t=5319s>



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cabe destacar que o projeto em questão foi colocado em votação e aprovado em reunião ocorrida em formato virtual com duração de mais de 18 horas e que contou com a participação de mais de 280 cidadãos, dentre moradores das áreas mais diretamente atingidas pelo projeto, técnicos especialistas de movimentos e entidades socioambientalistas, incluindo representantes de grupos acadêmicos, além de autoridades parlamentares que se manifestaram contrários à implantação do CMST na Serra do Curral, apontando diversas irregularidades e vicissitudes ao longo do processo e de diferentes ordens.

Outro ponto que parece ter sido completamente negligenciado no âmbito do processo de licenciamento ambiental nº 00000/0000/218/2020 foi o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Águas, firmado entre Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e a Vale S.A., com interveniência da AECOM Brasil Ltda, do Estado de Minas Gerais, da COPASA e Ministério Público Federal, o qual tem como objetivo definir ações para garantir o abastecimento hídrico da população da RMBH em decorrência de sinistros ao sistema de abastecimento de água que atende as cidades, inclusive o sistema Rio das Velhas. No âmbito do TAC Água foi definida a perfuração de poços de captação de água na Fazenda Ana da Cruz, local onde foi concedida as Licenças Prévia e de Instalação para a TAMISA implantar o Projeto CMST. Entretanto, são inúmeros os indícios de que não foi avaliado no âmbito do processo de licenciamento ambiental a interferência do Projeto CMST nas ações definidas no TAC Águas na área da Fazenda Ana da Cruz. Inclusive, durante visita de campo realizado pela equipe deste gabinete à Fazenda Ana da Cruz, verificou-se que um dos poço que estão sendo perfurados no âmbito do TAC Águas, em especial aquele denominado como Perfuratriz R-3H pela Sul América Engenharia, está localizado exatamente no mesmo local proposto pela TAMISA para a construção da Instalação de Tratamento de Minério (ITM) da fase 2 no âmbito do processo de licenciamento ambiental do Projeto CMST.

Estamos vivendo um contexto de Emergência Climática e Crise Hídrica, os quais, a nosso entender, estão sendo completamente desconsiderados pelos responsáveis pelo licenciamento ambiental do Projeto CMST. Sendo assim, diante do exposto, é que se requer a realização da audiência pública, com a finalidade de debater e buscar a construção de medidas efetivas para a garantia da Segurança Hídrica de Belo Horizonte, convidando os seguintes agentes, para os quais apresentamos lista prévia de perguntas que deverão ser respondidas durante a Audiência Pública:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## **Representantes da PBH:**

- Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte;
- Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras de Infraestrutura da PBH;

## **Representantes de Órgãos Estaduais:**

- Sra. Marília Carvalho de Melo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
- Sr. Rodrigo Ribas – Superintendente de Processos Prioritários da SEMAD
- Marcelo da Fonseca - Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)
- Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - (COPASA)
- Sr. Nelson Cunha Guimarães – Superintendente de Desenvolvimento Ambiental da COPASA
- Sr. Promotor de Justiça Felipe Faria de Oliveira, Coordenador Estadual de Meio Ambiente e Mineração do MPMG - felipefaria@mpmg.mp.br

## **Representantes da Sociedade Civil**

- Sr. Vinícius Papatella, Advogado, mestre em Direito e bacharel em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Representante do Instituto Cordilheira do Espinhaço. [sapcipo@gmail.com](mailto:sapcipo@gmail.com).
- Sr. Benedito Ferreira Rocha, ex-funcionário da Copasa que atuou por 38 anos como Técnico Químico no controle de qualidade e tratamento de águas. [bene\\_amb@yahoo.com.br](mailto:bene_amb@yahoo.com.br).
- Sr. Paulo César Horta Rodrigues, graduado em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Mineralogia/Geologia/Cristaloquímica pela Johannes Gutenberg Universität (Cidade de Mainz, Alemanha. [pchr@cdtn.br](mailto:pchr@cdtn.br).
- Sr. Felipe Gomes - Engenheiro Ambiental com mestrado em Sustentabilidade e Idealizador do Coletivo Ah, É Lixo!? [ahelixooficial@gmail.com](mailto:ahelixooficial@gmail.com)
- Sr. Euler Cruz - Representante do Fórum Permanente do São Francisco - Engenheiro Mecânico, pesquisador e consultor na área de Energias Renováveis.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Membro do Comitê Técnico do Fórum Permanente São Francisco. Ambientalista.  
Escritor. [eulerccruz@gmail.com](mailto:eulerccruz@gmail.com).

- Sr. Renato Mattarelli Carli - Coordenador do movimento ambientalista Eu Rejeito Barragens. psicólogo, educador, produtor cultural, ambientalista com atuação na área pública e privada. [r.mattarelli@uol.com.br](mailto:r.mattarelli@uol.com.br)

## Representantes do Setor da Mineração

- Sr. Leandro Amorim, representante da Taquaril Mineração S.A. - [leandro@tamisamineracao.com.br](mailto:leandro@tamisamineracao.com.br)
- Sr. Rogério Galvão - Gerente Executivo de Obras de Reparação da Diretoria de Reparação e Desenvolvimento da VALE S.A.

Data: 02/06/2022 – Terça-feira

Horário: 8:30

Ponto de encontro: Bicame - Rua Domingos Rodrigues, nº 320, bairro Olaria, Nova Lima

Para subsidiar a referida visita técnica, solicito suporte da consultoria técnica legislativa e da assessoria de imprensa da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2022.

*Duda Salabert*

Vereadora Duda Salabert

Ao Senhor

Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial Avulsos distribuídos em: <u>231 05 / 22</u> <i>[Assinatura]</i> Responsável pela distribuição
--